


255

UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS – CAMPUS IV

CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM METODOLOGIA DO ENSINO DE LÍNGUA
PORTUGUESA



PRECONCEITO LINGÜÍSTICO

Vanilde Duarte da Silva

JACOBINA
2004

VANILDE DUARTE DA SILVA

PRECONCEITO LÍNGÜÍSTICO

Monografia apresentada ao Departamento de Ciências Humanas – Campus IV, da Universidade do Estado da Bahia - UNEB, para obtenção do título de Especialista no Curso de Especialização em Metodologia do Ensino.

Professor Orientador: Ricardo Tupiniquim Ramos

JACOBINA
2004

FOLHA DE APROVAÇÃO

PRECONCEITO LÍNGÜÍSTICO

VANILDE DUARTE DA SILVA

Monografia aprovada como requisito final para obtenção do título de pós-graduação no Curso de Especialização em Metodologia do Ensino do Departamento de Ciências Humanas – Campus IV, da Universidade do Estado da Bahia – UNEB.

Professor Examinador

JACOBINA
2004

Agradeço ao querido amigo Adão Fernandes por ter me incentivado, orientado e me dado suporte para a realização deste meu curso de especialização e para a concretização desta monografia.

Dedico este trabalho aos meus queridos filhos e à
minha adorada mãe, que durante toda a jornada
tiveram compreensão, paciência e solidariedade para
com minhas múltiplas ausências.

“Chega mais perto e contempla as palavras.
Cada uma
tem mil faces secretas sob a face neutra e
pergunta, sem interesse pela resposta,
pobre ou terrível, que lhe deres:
trouxeste a chave ? “
Carlos Drummond de Andrade

RESUMO

É objetivo fundamental deste trabalho abordar a questão do preconceito lingüístico. Sabe-se que a sua existência decorre, em grande parte, da confusão criada ao longo da história entre língua falada e gramática normativa. Esta pesquisa traz resultados de reflexões e questionamentos que vêm sendo feitos por filólogos, gramáticos, escritores e professores de língua portuguesa entre outros, sobre o tema do preconceito lingüístico. Buscou-se selecionar os mais fortes mitos lingüísticos, para após os devidos questionamentos e análises, se elaborar as suas desconstruções, a partir do confronto entre as diversas correntes de pensamentos existentes sobre o preconceito lingüístico. De modo geral, entre os estudiosos do assunto acham-se posicionamentos, nem sempre harmônicos sobre o assunto. O uso de metodologia bibliográfica, crítico-analítica, foi a base da fundamentação teórica para o embasamento desta monografia. De tudo, foi possível se desenvolver conclusões gerais sobre o preconceito lingüístico, além de respostas específicas sobre os tipos de mitos estudados.

ABSTRACT

Is basic objective of this work to approach the quest of linguistic preconception. It is known that its existence elapses, to a large extent, of the confusion crated one to the long one of history between language said and grammatical normative. This research brings resulted of reflex questionings that came been made by philology, grammarian, writers and professors of Portuguese language, among others, on the subject of the linguistic preconception. One searched to select strongest linguistics myths, for after the due questionings and analyses, if to elaborate its disconstruction, from the confrontation enters diverse chains of existing thoughts on the linguistic preconception. In general way, it enters the scholars of the subject find positions, nor always harmonic on the subject. The methodology use bibliographic, critical and analytical, was the base of bases for the basement of this monograph. Of everything, he was possible to develop conclusions generalities on the language preconception, beside answers specific over the types of studied myths.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	09
2	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	11
2.1	OS MITOS	11
2.1.1	Mito 1 - A língua portuguesa falada no Brasil apresenta uma unidade fantástica	11
2.1.2	Mito 2 - Brasileiro não sabe português. Só em Portugal se fala bem português.....	13
2.1.3	Mito 3 - Português é muito difícil	17
2.1.4	Mito 4 - As pessoas sem instrução falam tudo errado	19
2.1.5	Mito 5 - O uso de estrangeirismos põe em risco o português brasileiro	23
2.1.5.1	Língua & Lei	24
2.1.5.2	Em lugar de temor, conscientização	24
2.1.6	Mito 6 - É preciso saber gramática para falar e escrever bem	30
2.1.7	Mito 7 - O domínio da norma culta é um instrumento de ascensão social ...	32
2.2	DESCONSTRUÇÃO DO PRECONCEITO LINGÜÍSTICO	34
3	CONCLUSÃO	37
	REFERÊNCIAS	40
	ANEXOS	42

1 INTRODUÇÃO

O objeto desta pesquisa é o preconceito lingüístico. Nunca, desde o surgimento e desenvolvimento, há pouco mais de um século, da ciência lingüística, a questão do preconceito, nesta abordagem especificamente com relação à língua portuguesa, fez-se tão nova, instigante e experimental quanto neste início de séc. XXI, quando fatores como globalização, internet, tecnologia de comunicação etc, vêm propiciar o vivenciamento de uma realidade magnificamente desafiadora e extremamente difícil de ser projetada, face às infinitas variáveis possíveis de serem determinadas no futuro.

No dia-a-dia, com relação à realidade da língua portuguesa no Brasil, fatalmente interrelacionada com a realidade política, social, econômica e, sobretudo, educacional, pergunta-se: É justo fechar os olhos ante essa grande maioria, composta por alunos oriundos das camadas menos favorecidas socialmente que “abandona” os estudos devido a repetidos fracassos, determinados em grande parte pelo distanciamento existente entre a variante lingüística que domina e a chamada norma padrão valorizada e aceita pela escola? É realmente impossível para os alunos das camadas socialmente menos favorecidas dominar com desenvoltura a chamada língua portuguesa padrão? É justo negar-lhes o direito à educação devido ao dialeto e à cultura diferentes que possuem? A escola busca procedimentos mais eficientes para impedir que a trajetória para o crescimento, a descoberta e a apropriação do saber não sejam também bloqueados pela falta de domínio da variante lingüística socialmente valorizada?

Objetivar também entender até onde as diferenças entre a linguagem falada, regionalizada e restrita a pequenos grupos sociais que, contundentemente, derrubam o mito da unicidade da língua portuguesa brasileira, e o denominado "padrão-culto", atrelado à estrutura gramatical normativa, àquela língua oficial exigida política, jurídica, técnica, comercial e formalmente, levam à unidade da expressão e do entendimento, indispensáveis e vitais à homogeneidade nacional, pois que fatores de extrema capacidade aglutinadora e propiciadora dos princípios fundamentais constitucionais do Estado Brasileiro; e buscar mostrar a real dimensão do fosso existente entre estas realidades.

Esta pesquisa ao questionar os mitos existentes sobre o português, ou seja, ao estudar interpretações primitivas e ingênuas da realidade da língua oficial do Brasil, propõe ser um brado de alerta aos falantes da língua portuguesa para que, sintonizando-se com o momento atual, possam buscar ou mesmo decidir sobre soluções alternativas e experimentais que possibilitem, através das eliminações do preconceito lingüístico, a implantação de um processo estrutural, aglutinatório e harmonizador, em direção a uma organização social mais justa e fraterna.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 – OS MITOS

2.1.1 – Mito 1 - A língua portuguesa falada no Brasil apresenta uma unidade fantástica

Este é o maior e mais sério dos mitos que compõem a mitologia do preconceito lingüístico no Brasil. Ele está tão arraigado à cultura nacional que até mesmo intelectuais de renome, pessoas de visão crítica e geralmente boas observadoras dos fenômenos sociais brasileiros, se deixam enganar por ele. É o caso, por exemplo, de Darcy Ribeiro, que em seu último grande estudo sobre o povo brasileiro escreveu:

É de assinalar que, apesar de feitos pela fusão de matrizes tão diferenciadas, os brasileiros são, hoje, um dos povos mais homogêneos lingüística e culturalmente e também um dos mais integrados socialmente da Terra. Falam uma mesma língua, sem dialetos. (Folha de S.Paulo, 05/02/1995).

Existe também toda uma longa tradição de estudos filológicos e gramaticais que se basearam durante muito tempo nesse (pré) conceito irreal da “unidade lingüística do Brasil”.

Esse mito é muito prejudicial à educação porque, ao não reconhecer a verdadeira diversidade do português falado no Brasil, a escola tenta impor sua norma lingüística como se ela fosse, de fato, a língua comum a todos os 170 milhões de brasileiros, independentemente de sua idade, de sua origem geográfica, de sua situação socioeconômica, de seu grau de escolarização etc.

A verdade é que no Brasil, embora a língua falada pela grande maioria da população, o português, ela apresenta um alto grau de diversidade e de variabilidade, não só por causa da grande extensão territorial do país – que gera as diferenças regionais bastante conhecidas e também vítimas, algumas delas, de muito preconceito – mas, principalmente por causa da trágica injustiça social que faz do Brasil o segundo país com a pior distribuição de renda em todo o mundo. São essas graves diferenças de status social que explicam a existência, no país, de um verdadeiro abismo lingüístico entre os falantes das variedades não-padrão do português brasileiro – que são a maioria da população – e os supostos falantes da variedade padrão, em geral mal definida, que é a língua ensinada na escola.

Como a educação ainda é privilégio de pouca gente em nosso país, uma quantidade gigantesca de brasileiros permanece à margem do domínio de uma norma padrão.

O que muitos estudos empreendidos por diversos pesquisadores têm mostrado é que os falantes das variedades lingüísticas desprestigiadas têm sérias dificuldades em compreender as mensagens enviadas para eles pelo poder público, que se serve exclusivamente da língua-padrão. Como diz Gnerre (1985): “A Constituição afirma que todos os indivíduos são iguais perante a lei, mas essa mesma lei é redigida numa língua que só uma parcela pequena de brasileiros consegue entender”.

A discriminação social começa, portanto já no texto da Constituição. É claro que não se está querendo dizer que a Constituição deveria ser escrita em língua não-padrão, mas sim que todos os brasileiros a que ela se refere deveriam ter acesso mais amplo e democrático a essa espécie de língua oficial que, restringindo

seu caráter veicular a uma parte da população exclui necessariamente uma outra, talvez a maior (GNERRE, 1985).

É preciso, portanto, que a escola e todas as demais instituições voltadas para a educação e a cultura abandonem esse mito da unidade do português no Brasil e passem a reconhecer a verdadeira diversidade lingüística do país para melhor planejar políticas de ação junto à população amplamente marginalizada dos falantes das variedades não-padrão. O reconhecimento da existência de muitas normas lingüísticas diferentes é fundamental para que o ensino escolar seja conseqüente com o fato comprovado de que a norma lingüística ensinada em sala de aula é, em muitas situações, uma verdadeira "língua estrangeira" para o aluno que chega à escola proveniente de ambientes sociais onde a norma lingüística empregada no cotidiano é uma variedade de português não-padrão (GNERRE, 1985).

Felizmente, essa realidade lingüística marcada pela diversidade já é reconhecida pelas instituições oficiais encarregadas de planejar a educação no Brasil. Assim, nos PCNs - Parâmetros Curriculares Nacionais (1998), publicados pelo Ministério da Educação e do Desporto, tem-se que:

A variação é constitutiva das línguas humanas, ocorrendo em todos os níveis. Ela sempre existiu e sempre existirá, independentemente de qualquer ação normativa. Assim, quando se fala em "Língua Portuguesa" está se falando de uma unidade que se constitui de muitas variedades. (...)
A imagem de uma língua única, mais próxima da modalidade escrita da linguagem, subjacente às prescrições normativas da gramática escolar, dos manuais e mesmo dos programas de difusão da mídia sobre "o que se deve e o que não se deve falar e escrever", não se sustenta na análise empírica dos usos da língua.

2.1.2 Mito 2 – Brasileiro não sabe português. Só em Portugal se fala bem português

Essas duas opiniões tão habituais, corriqueiras, comuns, e que na realidade são duas faces de uma mesma moeda enferrujada, refletem o complexo de inferioridade, o sentimento brasileiro de ser até hoje uma colônia dependente de um país mais antigo e mais “civilizado (DUARTE, 1998)”.

Duarte (1998) expressa essa concepção da forma seguinte:

Sempre me perguntam onde se fala o melhor português. Só pode ser em Portugal! Já viajei muito pelo Brasil e já estive em todas as regiões. Sinceramente, não sei onde se fala melhor. Cada região tem suas qualidades e seus vícios de linguagem.

Sobre a mesma questão, Bagno (2001) assim se posiciona:

Trata-se de uma grande bobagem, infelizmente transmitida de geração a geração pelo ensino tradicional da gramática na escola essa história de dizer que “brasileiro não sabe português” e de que “só em Portugal se fala bem português”. O brasileiro sabe português, sim. O que acontece é que o português do Brasil é diferente do português falado em Portugal. Quando diz-se que no Brasil se fala português, usa-se esse nome simplesmente por comodidade e por uma razão histórica, justamente a de o país ter sido uma colônia de Portugal. Do ponto de vista lingüístico, porém, a língua falada no Brasil já tem uma gramática – isto é, tem regras de funcionamento – que cada vez mais se diferencia da gramática da língua falada em Portugal. Por isso os lingüistas (os cientistas da linguagem) preferem usar o termo português brasileiro, por ser mais claro e marcar bem essa diferença.

Na língua falada, as diferenças entre o português de Portugal e o português do Brasil são tão grandes que muitas vezes surgem dificuldades de compreensão: no vocabulário, nas construções sintáticas, no uso de certas expressões, sem mencionar, é claro, as tremendas diferenças de pronúncia – no português de Portugal existem vogais e consoantes que nossos ouvidos brasileiros costumam a

reconhecer, porque não fazem parte do nosso sistema fonético. E muitos estudos têm mostrado que os sistemas pronominais do português europeu e do português brasileiro são totalmente diferentes.

No que diz respeito ao ensino do português no Brasil, o grande problema é que esse ensino até hoje, depois de mais de cento e setenta anos de independência política, continua com os olhos voltados para a norma lingüística de Portugal. As regras gramaticais consideradas “certas” são aquelas usadas por lá, que servem para a língua falada lá, que retratam bem o funcionamento da língua que os portugueses falam. (BAGNO, 2001).

Sacconi (1988, p.64), defende a mesma concepção quando, por exemplo, explica: “A Lua é mais pequena que a Terra” é uma frase corretíssima, embora que muitos imaginem o contrário, porque “mais pequeno” é expressão legítima, usada por todos os portugueses, que usam menor quando se trata de idéia de qualidade, fica implícito, então, que para o autor, para uma expressão ser legítima basta que ela seja “usada por todos os portugueses”, como se eles ditassem a norma lingüística válida para todos os povos que falam português. Sabe-se que mais pequeno não funciona no Brasil, é uma expressão rejeitada pela norma culta brasileira, que usa menor em todas as circunstâncias em que há comparação (SACCONI, 1988).

Bagno (2001) mais uma vez é de opinião que o mito de que “brasileiro não sabe português” também afeta o ensino de línguas estrangeiras. É muito comum verificar entre professores de inglês, francês ou espanhol, um grande desânimo diante das dificuldades de ensinar o idioma estrangeiro. E é mais comum ainda ouvi-los dizer: “Os alunos já não sabem português, imagine se vão conseguir aprender

outra língua"., fazendo a velha confusão entre língua e gramática normativa. É muito fácil atribuir aos outros a culpa pelo próprio fracasso. Assim, em vez de buscar as causas da dificuldade de ensino na metodologia empregada, nas diferenças de aptidão individual para o aprendizado de línguas ou na competência do próprio professor, é muito mais cômodo jogar a culpa no aluno ou na incompetência lingüística "inata" do brasileiro.

Lobato (1952, pp.100-101) já chamava a atenção para esse tipo de preconceito, que continua forte e firme no Brasil de hoje. Numa conversa com as crianças do Sítio do Pica-pau Amarelo, a velha Dona Etimologia lhes diz:

(...) Uma língua não pára nunca. Evolui sempre, isto é, muda sempre. Há certos gramáticos que querem fazer a língua parar num certo ponto, e acham que é erro dizermos de modo diferente do que diziam os clássicos.

Quem vem a ser clássicos? – perguntou a menina (Narizinho).

Os entendidos chamam clássicos aos escritores antigos, como o padre Antônio Vieira, Frei Luis de Sousa, o padre Manuel Bernardes e outros. Para os carranços, quem não escreve como eles está errado. Mas isso é curteza de vistas. Esses homens foram bons escritores no seu tempo. Se aparecessem agora seriam os primeiros a mudar, ou a adotar a língua de hoje, para serem entendidos. A língua variou muito e, sobretudo aqui na cidade nova (o Brasil). Inúmeras palavras que na cidade velha (Portugal) querem dizer uma coisa, aqui dizem outra. (...) Também no modo de pronunciar as palavras existem muitas variações. Aqui, todos dizem peito; lá, todos dizem paito, embora escrevam a palavra da mesma maneira. Aqui se diz tenho e lá se diz tanho. Aqui se diz verão e lá se diz vrão.

Também eles dizem por lá vatata, vacalhau, vesouro – lembrou Pedrinho.

Sim, o povo de lá troca muito o v pelo b e vice-versa.

Nesse caso, aqui nesta cidade se fala mais direito do que na cidade velha.

Concluiu Narizinho.

Por quê? Ambas têm o direito de falar como quiserem, e, portanto ambas estão certas. O que sucede é que uma língua, sempre que muda de terra, começa a variar muito mais depressa do que se não tivesse mudado. Os costumes são outros, a natureza é outra – as necessidades de expressão tornam-se outras. Tudo junto força a língua que emigra a adaptar-se à sua nova pátria.

A língua desta cidade (Brasil) está ficando um dialeto da língua velha. Com o correr dos séculos é bem capaz de ficar

tão diferente da língua velha como esta ficou diferente do latim. Vocês vão ver.

Monteiro Lobato, que morreu em 1948, estava muito mais por dentro das noções de lingüística moderna do que muito autor de gramática que está por aí hoje, “vivo e bulindo”, como se diz no Nordeste...

É espantoso que a figura do gramático autoritário e intolerante – ridicularizado por Lobato na personagem do professor Aldrovando Cantagalo, em seu conto “O colocador de pronomes” de 1924 (?) – tenha voltado à cena na atualidade, sob a roupagem enganosamente moderna da televisão, do computador e da multimídia.

2.1.3 Mito 3 - Português é muito difícil

No decorrer de seus estudos sobre os diversos tipos de mitos lingüísticos, Bagno (2001) é de opinião que como o ensino da língua sempre se baseou na norma gramatical de Portugal, as regras aprendidas na escola, em boa parte, não correspondem à língua que realmente se fala e se escreve no Brasil, por isso acha-se que “português é uma língua difícil”: porque se decoram conceitos e fixam-se regras que não significam nada para o português brasileiro. No dia em que o ensino de português se concentrar no uso real, vivo e verdadeiro da língua portuguesa do Brasil é bem provável que ninguém mais continue a repetir essa bobagem.

Todo falante nativo de uma língua sabe essa língua. Saber uma língua, no sentido científico do verbo saber, significa conhecer intuitivamente e empregar com naturalidade às regras básicas de funcionamento dela.

Está provado e comprovado que uma criança entre os 3 e 4 anos de idade já domina perfeitamente as regras gramaticais de sua língua. O que ela não conhece

são sutilezas, sofisticações e irregularidades no uso dessas regras, coisas que só a leitura e o estudo podem lhe dar. Mas nenhuma criança brasileira dessa idade vai dizer, por exemplo: "Uma meninos chegou aqui amanhã". Um estrangeiro, porém, que esteja começando a aprender português, poderá se confundir e falar assim. Por isso aquela piadinha que muita gente solta quando vê uma criancinha estrangeira falando – "Tão pequeno e já fala tão bem inglês (ou outra língua)". – tem seu fundo de verdade: pouca gente conseguirá falar uma língua estrangeira com tanta desenvoltura quanto uma criança de cinco anos que tem nela sua língua materna. Por quê? Porque toda e qualquer língua é "fácil" para quem nasceu e cresceu rodeado por ela. Se existisse língua "difícil", ninguém no mundo falaria húngaro, chinês ou guarani, e, no entanto essas línguas são faladas por milhões de pessoas, inclusive criancinhas analfabetas.

Se tanta gente continua a repetir que "português é difícil" é porque o ensino tradicional da língua no Brasil não leva em conta o uso brasileiro do português. Um caso típico é o da regência verbal. O professor pode mandar o aluno copiar quinhentas mil vezes a frase: "Assisti ao filme". Quando esse mesmo aluno puser o pé fora da sala de aula, ele vai dizer ao colega: "Ainda não assisti o filme do Zorro."; porque gramática brasileira não sente a necessidade daquela preposição 'a', que era exigida na norma clássica literária, cem anos atrás, e que ainda está em vigor no português falado em Portugal, a dez mil quilômetros daqui. É um esforço árduo e inútil tentar impor uma regra que não encontra justificativa na gramática intuitiva do falante.

Por isso tantas pessoas ao terminar os estudos, depois de onze anos da educação básica ensino fundamental e médio, sentem-se incompetentes para redigir

o que quer que seja, enquanto que se durante todo esse tempo os professores tivessem chamado a atenção dos alunos para o que é realmente interessante e importante, se tivessem desenvolvido as habilidades de expressão dos alunos, em vez de entupir suas aulas com regras ilógicas e nomenclaturas incoerentes, as pessoas sentiriam muito mais confiança e prazer no momento de usar os recursos de seu idioma.

No fundo, a idéia de que "português é muito difícil" serve como mais um dos instrumentos de manutenção do *status quo* das classes sociais privilegiadas. Essa entidade mística e sobrenatural chamada "português" só se revela aos poucos "iniciados", aos que sabem as palavras mágicas exatas para fazê-la manifestar-se tal como na Índia antiga, o conhecimento da "gramática é reservado a uma casta sacerdotal, encarregada de preservá-la "pura e "intacta", longe do contato infeccioso dos párias".

2.1.4 Mito 4 - As pessoas sem instrução falam tudo errado

Uma das fundamentações do preconceito lingüístico é a de que só existe uma única língua portuguesa digna deste nome e que seria a língua ensinada nas escolas, explicada nas gramáticas e catalogada nos dicionários. Qualquer outra manifestação lingüística que escape desse triângulo escola-gramática-dicionário é considerada, sob a ótica do preconceito, “errada, e deficiente”, e não é raro ouvir-se que “isso não é português”.

Assim, por exemplo, na visão preconceituosa dos fenômenos da língua, a transformação de L em R nos encontros consonantais como em Cráudia, chicrete, praca é tremendamente estigmatizada e às vezes é considerada até como um sinal de “atraso mental” das pessoas que falam assim. Estudos científicos sobre a questão provam que tal fenômeno longe de demonstrar “atraso mental” por parte das pessoas que assim falam, em verdade, representa simplesmente um fenômeno fonético que contribuiu para a formação da própria língua portuguesa padrão. Suficiente se olhar o demonstrativo abaixo:

Português padrão	Etimologia	Origem
Branco	Blank	Germânico
Cravo	Clavu	Latim
Escravo	Sclavu	Latim
Fraco	Flaccu	Latim
Obrigar	Obligare	Latim
Praga	Plaga	Latim
Prata	Plata	Provençal

Como é fácil notar, todas as palavras do português-padrão listadas acima apresentavam, nas suas origens, um L bem nítido que se transformou em R. Pensar-se que todas as pessoas que dizem Cráudia, chicrete e pranta têm algum “defeito mental”, seria admitir que toda a população da província romana da Lusitânia também apresentava esse mesmo problema na época em que a língua portuguesa está se formando. O grande Luís de Camões também sofria desse mesmo mal, já que ele escreveu ingrês, pubricar, pranta, fruta na obra que é considerada até hoje o maior monumento literário do português clássico, o poema Os Lusíadas. E isso, é “craro” seria no mínimo absurdo.

Existem, evidentemente, falantes da norma culta urbana, pessoas escolarizadas, que têm problemas para pronunciar os encontros consonantais com L. Nesses casos, sim, trata-se realmente de uma dificuldade física que pode ser resolvida com uma terapia fonoaudiológica. Fala-se aqui, não dessas pessoas, mas dos brasileiros falantes das variedades não-padrão, em cujo sistema fonético simplesmente não existe encontro consonantal com L, independentemente de terem ou não dificuldades articatórias. Quando, na escola, se depara com os encontros consonantais com L, é preciso que o professor tenha consciência de que se trata de um aspecto fonético “estrangeiro” para ele, do mesmo tipo que é encontrado, por exemplo, nos cursos de inglês, quando é exigido muito esforço para se pronunciar bem o TH de *throw* ou o I de *live*. É preciso separar bem os dois aspectos do fenômeno.

Dizer-se Cráudia, praca, pranta é considerado “errado”, e, contrariamente, dizer-se frouxo, escravo, branco, praga é considerado “certo”, isso se deve simplesmente a uma questão que não é lingüística, mas social e política – as

peças que dizem Cráudia, praca, pranta pertencem a uma classe social desprestigiada, marginalizada, que não tem acesso à educação formal e aos bens culturais da elite, e por isso a língua que elas falam sofre o mesmo preconceito que pesa sobre elas mesmas, ou seja, sua língua é considerada “feia”, “pobre”, quando na verdade é apenas diferente da língua ensinada na escola.

Do ponto de vista exclusivamente lingüístico, o fenômeno que existe no português não-padrão é o mesmo que aconteceu na história do português-padrão, e apresenta o nome técnico de rotacismo. O rotacismo participou da formação da língua portuguesa padrão, como já vimos em branco, escravo, praga, fraco etc , mas ele continua vivo e atuante no português não-padrão, como em broco, chicrete, pranta, Cráudia, porque essa variedade não-padrão deixa que as tendências normais e inerentes à língua se manifestem livremente. Assim o problema não está naquilo que se fala, mas em quem fala o quê (BAGNO, 2001),

Mais uma vez, Lobato (1952, p.120), mostra que a boneca Emília não quis saber desse tipo de preconceito, quando ao visitar a prisão onde Dona Sintaxe mantinha enjaulados os “vícios de linguagem”, revoltou-se ao ver atrás das grades o “Provincialismo”, isto é, os “vícios” da fala rural, do caipira:

Emília não achou que fosse caso de conservar na cadeia o pobre matuto. Alegou que ele também estava trabalhando na evolução da língua e soltou-o :
Vá passear seu Jeca. Muita coisa que hoje esta senhora condena vai ser lei um dia. Foi você quem inventou você em vez de tu, e só isso quanto não vale? Estamos livres da complicação antiga do Tuturututu.

Como se vê do mesmo modo como existe o preconceito contra a fala de determinadas classes sociais, também existe o preconceito contra a fala característica de certas regiões. É um verdadeiro acinte aos direitos humanos, por

exemplo, o modo como a fala nordestina é retratada nas novelas de televisão. Todo personagem de origem nordestina é, sem exceção, um tipo grotesco, rústico, atrasado, criado para provocar riso, escárnio e deboche dos demais personagens e do espectador. No plano lingüístico, atores não-nordestinos expressam-se num arremedo de língua que não é falada em lugar nenhum do Brasil, muito menos no Nordeste. Sabe-se que esta atitude representa uma forma de marginalização e exclusão.

Uma pequena comparação demonstra que a fala nordestina nada tem de “engraçada” ou “ridícula” : na pronúncia normal do sudeste, a consoante T é pronunciada (ts), toda vez que é seguida de um (i). Esse fenômeno fonético se chama palatização. Por causa dele os sudestinos pronunciam (tsitsia) a palavra escrita TITIA e todo mundo acha normal, ninguém tem vontade de rir; quando, porém, um falante do sudeste ouve um falante da zona rural nordestina pronunciar a palavra escrita OITO como (oytsu), “acha muito engraçado”, “ridículo” e “errado”, o que é o mesmo fenômeno do ponto de vista lingüístico – palatização -. Se o fenômeno é o mesmo, por que na boca de um ele é “normal” e na boca de outro ele é “engraçado”, “feio” ou “errado” ? Porque o que está em jogo aqui não é a língua, mas a pessoa que fala essa língua e a região geográfica onde essa pessoa vive.

2.1.5 Mito 5 - O uso de estrangeirismos põe em risco o português brasileiro

A língua falada, originária da criatividade popular, sempre crescerá e se modificará bem mais rapidamente que a linguagem culta, normatizada gramaticalmente. E com a globalização, fatalmente, sucumbirá aos estrangeirismos, sendo obrigada a adaptar-se às novas realidades vivenciais da cultura que a utiliza. Justamente porque é um instrumento vivo, a língua pode e deve receber estrangeirismo. A língua portuguesa está repleta de estrangeirismos; alguns, porém não mais são reconhecidos, tais como: açúcar (árabe), guerra (germânico), bunda (quibundo). Gregório de Mattos recheou seus poemas com termos tupis e africanos, na época percebida como estranhos: pajé, calundu, xingar, moqueca, petitinga... São termos “estrangeiros” ao português, mas hoje perfeitamente assimilados. O que pesa e dói são os hábitos, mais que as palavras: que se chame shopping center ou centro comercial, em termos de colonização cultural, não faz muita diferença, assim como McDonald's mudaria os hábitos alimentares do brasileiro mesmo tendo o nome de Donaldinho.

Tradicionalmente, a língua da nação dominante – política e/ou culturalmente – se impõe e “contagia” as outras: foi assim com o árabe, espanhol, francês e agora inglês. No futuro, quem sabe, talvez seja o chinês. Cada língua reage e muda diferentemente: o português, que, sobretudo no Brasil é tão vital e inventivo, costuma criar palavras novas moldando-as nas estrangeiras (futebol, chique). O limite está no bom senso e na noção de que as modas são passageiras: sabe-se que as leis não podem obrigar as línguas a mudarem seus rumos.

2.1.5.1 Língua & Lei

O projeto de defesa da língua portuguesa do deputado Aldo Rebelo, do Pc do B-SP, (Projeto de Lei nº 1679/99) teve tramitação recorde na Câmara, tendo sido aprovado por unanimidade, nas Comissões de Constituição e Justiça e na de Educação, tendo demorado menos de dois anos para ser aprovado, tendo sido apresentado em 15 de setembro de 1999 e aprovado em 28 de abril de 2001. Rebelo destacou a intenção do fortalecimento e defesa da língua portuguesa e, embora rejeite o estrangeirismo, não é essa sua finalidade original. Nos anexos encontra-se transcrita a íntegra da lei.

2.1.5.2 Em lugar de temor, conscientização

O receio que se experimenta diante do uso indiscriminado de palavras estrangeiras no dia-a-dia nacional, motivador do Projeto de Lei 1679\99, do deputado Aldo Rebelo, não causa preocupação do ponto de vista dos estudos lingüísticos. Tem sido demonstrado que isto não representa risco para a continuidade da língua ou comprometimento para a sua estrutura.

A estrutura de uma língua se constitui de elementos básicos, como seus sons fundamentais, suas flexões e sua organização sintática, refletindo-se em fenômenos como: a ordem da frase no português prefere o adjetivo depois do substantivo, enquanto no inglês é o contrário; o português tem artigos, o latim não os tinha; o português, o francês e outras línguas concordam o adjetivo e o artigo com o substantivo e o inglês, não; as desinências verbais são ricas nas línguas românicas e quase inexistentes no inglês, enquanto essa língua explora mais os verbos auxiliares; o russo tem dois termos diferentes para denominar o azul claro e o azul escuro; o alemão, em parte como o latim, tem flexões de caso, ou seja, flexões que indicam as funções sintáticas, o português, não; algumas línguas têm duas formas diferentes de palavra para expressar o plural: uma para o dual, outra para mais de dois elementos.

Em geral e como não poderia deixar de ser, as línguas incorporam palavras de outras, em consequência de circunstâncias sócio-históricas, ou seja, se as culturas dos povos que as falam entram em contato. A língua portuguesa incorporou, pelo menos, palavras do grego (sobretudo através do latim); de línguas pré-romanas da Península Ibérica; de línguas germânicas; do árabe; do castelhano.;

do provençal; de línguas africanas e ameríndias; como consequência natural da sua história. Incorporou, mais recentemente, palavras do italiano, francês e inglês, entre outras. O português do Brasil naturalmente incorporou mais elementos africanos e ameríndios que o português europeu. Muitas vezes essas palavras representam modismos e são descartadas com o tempo. Outras são incorporadas. Qual o falante não especializado que reconhece a origem não-latina de palavras como abóbora, cama, camisa, gato, igreja, tio, agasalho, guerra, viagem, refrão, moreno, pandeiro, batuque, samba, azul, chá, alfazema, algodão, cacau, chapéu, hotel, piano, maestro, pitanga, aratu, clube, bife e inclusive o termo palavra? Os estudiosos sabem que quando as palavras estrangeiras perduram, os falantes, naturalmente, as adaptam ao sistema de sons, de flexões, da sintaxe da língua materna: como dizemos, leigamente, nós as “aportuguesamos” na fala, ainda que não lhes tenhamos atribuído forma escrita “aportuguesada”. Isso é uma espécie de defesa natural da língua – imanente e inconsciente – que lhe permite manter sua estrutura. Portanto, do ponto de vista científico, nada há a temer, nenhum lingüista se preocupa muito com isso.

Sobre a questão, Castro (1991, p.256) explica:

Aliás a preocupação com a preservação” da língua portuguesa face a outras não é nova em absoluto. Nos idos do século XV, D. Duarte, rei de Portugal, um intelectual, argumentava em favor do uso de palavras da língua portuguesa preferencialmente a termos latinos: “nom ponha pallavras latinadas ou de outra lynguagem; mas todo em nossa lynguagem ecripto, mais achegadamente geeral ao bom costume de nosso fallar que se poder fazer.

No século XVI, primeiro momento de preocupação com a fixação de uma norma lingüística para o português e no âmbito de uma sociedade renascentista, fascinada pelos modelos da Grécia e de Roma, ia-se buscar nos escritores clássicos

a forma latina da palavra para substituir a forma em uso, vernácula. Ao lado dos cultores desses latinismos, outros defendiam formas vernáculas como senço, segre, frol, groria, que concorriam com silêncio, século, flor, glória, formas calcadas no latim clássico, apropriadas pelos eruditos. Àquela época também cumpria a alguns, como Pero de Magalhães Gândavo, no seu Diálogo em defesa da língua portuguesa, combater a invasão de castelhanismos, decorrente do prestígio intelectual de Castella que, como sabemos, foi responsável pela produção bilíngüe de muitos dos nossos mais prestigiados escritores, com Gil Vicente e o próprio Camões.

Segundo Buescu (1971):

Ainda no século XVI, João de Barros, primeiro gramático normativista do português, que defendia o ensino em língua portuguesa e não em latim, tinha uma visão bem imperialista da utilização do português por povos dominados, de que resultaria, segundo ele, o seu engrandecimento: Certo é que nam há i glória que se possa comparár a quando os mininos etíopas, persianos, indos, d'aquém e d'além do Gange, em suas próprias térras, na força de seus templos e pagódes, onde nunca se ouviu o nome romano, per ésta nóssa árte aprederem a nóssa linguagem, com que póssam ser doutrinádos em os preceitos da nossa fé, que néla vam escritos.

Ao mesmo tempo, chancela curiosamente a apropriação de termos de línguas dos povos colonizados com prova de havê-los subjugado: "cá é sinal de ser vencedor e nam vencido".

Mais próximo, por volta de 1920, era o francês, língua de alto prestígio entre nossos intelectuais que, para alguns, representava ameaça. Assim, Laudelino Freire (citado por Pinto, 1978) constata:

Forma o Brasil a sua cultura no trato contínuo dos livros franceses. É a literatura da França o húmus da nossa nutrição intelectual. Daí a consequência de ficarmos com o jeito, estilo, sintaxe e contextura do

período daquela língua, os quais não conformam com o gênio e a índole da nossa.

“E, para exemplificar o objeto dos seus temores, apresenta este curioso trecho publicado na imprensa da época, no qual o francês e o inglês se conjunham no “ataque” à língua portuguesa: “ S. Exa , o Sr. F., attaché da Legação de....., delicioso causeur, gentleman finíssimo, e sportman enragé, acaba de demenagear de sua ‘vila’ Beau Rivage para um bungalow’s (PINTO, 1978).

Por outro lado, Cardoso (1970) expõe:

Já o nacionalismo romântico brasileiro, revivido, embora diversamente, pelos modernistas, contribuíra nessa “guerra santa”: daquela vez contra o português lusitano que, na visão de muitos, mantinha-se como instrumento colonizador, impondo seus modos de expressão.

Observe-se, para ilustrar, manifestações de José de Alencar e de Mário de Andrade: “Nós, os escritores nacionais, se quisermos ser entendidos de nosso povo, havemos de falar-lhe em sua língua, com termos ou locuções que ele entende e que lhe traduz os usos e sentimentos” (CARDOSO, 1970).

Pinto (1978) ao se referir ao assunto, cita o ilustre Mário de Andrade, que declara: “Pouco me incomoda agora que eu esteja escrevendo igualzinho ou não com Portugal: o que eu escrevo é língua brasileira pelo simples fato de ser a minha língua”.

Atualmente é o inglês americano que encarna o perigo. Desta vez auxiliado pela força avassaladora dos meios de comunicação. O fenômeno lingüístico, como qualquer fenômeno cultural, comportamental, é, por natureza, refratário a leis. Assim, é fundada a desconfiança de que a lei aprovada, possa cair no vazio, como aconteceu à lei municipal nº 4330-91, de autoria do então vereador Antônio

Robespierre, que visava a regulamentar a denominação de edificações em Salvador. Outra hipótese (menos provável) é que produza uma onda de xenofobia a todos os pretextos odiosa e, no particular artificial, porque a verdadeira e lamentável submissão a valores estrangeiros não se funda certamente na língua, que é apenas um reflexo. Em suma, correr-se-ia o risco de substituir a onda de anglicismos pela obsessão por palavras portuguesas a qualquer custo, até do bom-senso, criando monstregos vocabulares, como o sempre lembrado "ludopédio" sugerido no início do século XX para substituir futebol.

Mas, sem dúvida, a par da sensação de que todas as batalhas anteriores pareçam ter sido infrutíferas, visto que grande parte das palavras combatidas incorporou-se e hoje não parecem agredir ao mais empedernido lusitanista (e nem por isso o português desapareceu), há alguns aspectos a considerar no âmbito do que É verdade que há casos em que a palavra estrangeira preenche, sem agressão, um vazio, porque não temos (ou não tínhamos) o termo correspondente. Este parece ser o caso de know-how , sanduíche ou surf. Mas é no mínimo irritante que se esteja abusando de palavras do inglês, quando há termos portugueses correspondentes plenamente satisfatórios, caso de dead line, deletar, push, sale, fitness, parking, startar, plugar, personal bank e muitíssimos outros. Assim como causa perplexidade encontrar em revistas especializadas brasileiras, de circulação essencialmente nacional, trabalhos escritos por brasileiros, em inglês; ou saber que ministérios em Brasília organizam seminários com empresários, cientistas e políticos brasileiros, para discutir problemas nacionais, cuja língua "oficial" é o inglês, atitude de afetação de cultura e cosmopolitismo, de ostentação de modernidade, tão descabidas e provincianas, de gosto tão duvidoso quanto a proliferação de nomes

de lojas e produtos que, quando não estão escritos em língua estrangeira (não só em inglês), macaqueiam a grafia estrangeira com o uso das letras k, w e y ou duplas consoantes e vogais, ou, ainda, o uso do genitivo saxônico.

Na verdade, essas atitudes refletem uma adoção acrítica de elementos culturais estrangeiros, de que as palavras são apenas a face mais visível. O brasileiro urbano está se afastando do seu modo de vestir, comer, e se divertir, em suma, mudando seu estilo de vida em favor de hábitos americanos. Um exemplo patente é que algumas escolas primárias têm deixado de festejar o São João, mas já festejam regularmente o Halloween. É necessária a valorização das raízes culturais, fazê-las circular mais freqüentemente nos meios de comunicação, inclusive pela escolha do vocabulário utilizado.

Quanto à Lei, há nela aspectos muitos positivos que devem ser considerados: se o uso do português for obrigatório na "produção e consumo de bens, produtos e serviços" (Art.3º, inciso VII) garantir-se-á, por exemplo, que o rótulo de produtos (sobretudo informações sobre sua composição), manuais de instrução, placas de orientação, avisos públicos, coisas assim, tenham que ser escritas em português, em respeito aos cidadão brasileiros (os alfabetizados...) que, muitas vezes, por residirem em cidades do interior, por serem mais idosos, menos escolarizados, menos afetados no seu cotidiano pela globalização, ressentem-se de não conseguir ler ou entender por telefone, coisas corriqueiras, como endereços de clínicas médicas ou escritórios, por causa dos nomes estrangeiros dados a edifícios, por exemplo.

2.1.6 Mito 6 - É preciso saber gramática para falar e escrever bem

É difícil encontrar alguém que não concorde com a declaração acima. Ela vive na ponta da língua da grande maioria dos professores de português e está formulada em muitos compêndios gramaticais.

É muito comum pais de alunos cobrarem de professores o ensino dos “pontos” de gramática tais como eles próprios os aprenderam na escola. E não faltam casos de pais protestarem contra professores e escolas que, tentando adotar uma prática de ensino da língua menos conservadora, não seguiam rigorosamente “o que está nas gramáticas”.

O que aconteceu ao longo do tempo, foi uma inversão da realidade histórica. As gramáticas foram escritas precisamente para descrever e fixar como regras e padrões as manifestações lingüísticas usadas espontaneamente pelos escritores considerados dignos de admiração, modelos a ser imitados. Ou seja, a gramática normativa é decorrência da língua, é subordinada a ela, dependente dela. Como a gramática, porém, passou a ser um instrumento de poder e de controle, surgiu à concepção de que os falantes escritores da língua é que precisam da gramática, como se ela fosse uma espécie de fonte mística invisível da qual emana a língua “bonita”, “correta” e “pura”. A língua passou a ser subordinada e dependente da gramática. O que não está na gramática normativa “não é português”. E os compêndios gramaticais se transformaram em livros sagrados, cujos dogmas e cânones têm de ser obedecidos à risca para não se cometer nenhuma “heresia”.

O resultado dessa inversão dos fatos históricos é visível, por exemplo, na Gramática de Cipro e Neto(1997, p. 16) que afirmam:

A Gramática normativa estabelece a norma culta, ou seja, o padrão lingüístico que socialmente é considerado modelar (...). As línguas que têm forma escrita, como é o caso do português, necessitam da Gramática normativa para que se garanta a existência de um padrão lingüístico uniforme (...).

A norma culta simplesmente existe como tal e não é a gramática normativa que a estabelece. A tarefa de uma gramática seria, isso sim, definir, identificar e localizar os falantes cultos, coletar a língua usada por eles e descrever essa língua de forma clara, objetiva e com critérios teóricos e metodológicos coerentes.

Por outro lado, não é a gramática normativa que vai "garantir a existência de um padrão lingüístico uniforme". Esse padrão lingüístico existe na sociedade, independentemente de haver ou não livros que o descrevam.

As plantas só existem porque os livros de botânica as descrevem? Os continentes só passaram a existir depois que os primeiros cartógrafos desenharam seus mapas? Não e não.

Esse mito está ligado à milenar confusão que se faz entre Língua e Gramática Normativa. É preciso desfazê-la. Não há por que confundir o todo com a parte. Suponha-se um grande rio e uma poça de água estagnada às margens do mesmo, depois de uma cheia. Compare-se a língua ao grande rio, caudaloso, longo e largo, que nunca se detém em seu curso e a gramática normativa à grande poça de água parada, um charco, um brejo à margem da língua. Enquanto a água do rio/língua, por estar em movimento, se renova incessantemente, a água da poça/gramática normativa envelhece e só se renovará quando vier a próxima cheia. Em termos científicos, Cagliari (citado por Terra, 1997) explica que:

A gramática normativa foi num primeiro momento uma gramática descritiva de um dialeto de uma língua. Depois a sociedade fez dela um corpo de leis para reger o uso da linguagem. Por sua própria natureza, uma gramática normativa está condenada ao fracasso, já que a linguagem é um fenômeno dinâmico e as línguas mudam com o tempo; e, para continuar sendo a expressão do poder social demonstrado por um dialeto, a gramática normativa deveria mudar.

2.1.7 Mito 7 - O domínio da norma culta é um instrumento de ascensão social

É muito comum encontrar-se pessoas muito bem-intencionadas que defendem que a norma padrão conservadora, tradicional, literária, clássica é a que tem de ser mesmo ensinada nas escolas porque ela é um “instrumento de ascensão social”.

Caso verdade tal assertiva e sendo realmente o domínio da norma culta um instrumento de ascensão social, os professores de português estariam ocupando o topo da pirâmide social, econômica e política do país, logo que, supostamente ninguém melhor que eles dominam a norma culta. Longe disto está à verdade. Aos professores são pagos, na atualidade, os mais aviltantes e indignos salários, enquanto que um fazendeiro que tenha apenas alguns poucos anos de estudo fundamental, mas que seja dono de milhares de cabeças de gado, de indústrias agrícolas e detentor de grande influência política em sua região vai poder falar à vontade sua língua de “caipira”, com todas as formas sintáticas consideradas “erradas” pela gramática tradicional, porque ninguém vai se atrever a corrigir seu modo de falar.

O que se tenta dizer é que o domínio da norma culta de nada vai adiantar a uma pessoa que não tenha todos os dentes, que não tenha casa decente para morar, água encanada, luz elétrica e rede de esgoto. O domínio da norma culta de nada vai servir a uma pessoa que não tenha acesso às tecnologias modernas, aos avanços da medicina, aos empregos bem remunerados, à participação ativa e consciente nas decisões políticas que afetam sua vida e a de seus concidadãos. O domínio da norma culta de nada vai adiantar a uma pessoa que não tenha seus

direitos de cidadão reconhecidos plenamente, a uma pessoa que viva numa zona rural onde um punhado de senhores feudais controlam extensões gigantescas de terra fértil, enquanto milhões de famílias de lavradores sem-terra não têm o que comer.

Achar que basta ensinar a norma culta a uma criança pobre para que ela “suba na vida” é o mesmo que achar que é preciso aumentar o número de policiais na rua e de vagas nas penitenciárias para resolver o problema da violência urbana. A violência urbana está intimamente ligada a uma situação social de profunda injustiça, que dá ao Brasil o segundo lugar entre os países com pior distribuição de renda em todo o mundo.

É preciso garantir, sim, a todos os brasileiros o reconhecimento da variação lingüística, porque o mero domínio da norma culta não é uma fórmula mágica que, de um momento para outro resolva todos os problemas. É preciso garantir o acesso à educação em seu sentido mais amplo, aos bens culturais, à saúde e à habitação, ao transporte de boa qualidade, à vida digna de cidadão merecedor de todo respeito. Pergunta-se: a) Será que apenas “doando” a língua padrão a um indivíduo das classes subalternas ele vai, automaticamente, tornar-se um patrão? b) Será mera coincidência etimológica o fato de padrão e patrão derivarem de patronu, do latim, que tem também a mesma raiz de paternalismo e patriarcalismo ?

2.2 DESCONSTRUÇÃO DO PRECONCEITO LINGÜÍSTICO

De que modo pode-se romper o círculo vicioso do preconceito lingüístico? Três questões básicas sobre como a questão deve ser solucionada são consensuais e defendidas, de modo geral, pelos estudiosos da questão.

1 – Extinção do analfabetismo. – Estatísticas oficiais, do IBGE, falam de 18 a 20 milhões de analfabetos com mais de 15 anos de idade – duas vezes a população de Portugal. Some-se a isso os milhões de crianças em idade escolar que não freqüentam nenhuma escola. Tem-se também um alto índice de analfabetos funcionais, isto é, pessoas que freqüentaram a escola por um período insuficiente para desenvolver plenamente as habilidades de leitura e redação. A média nacional de educação da força de trabalho é de 3,9 anos de escola: seriam, no total 45 milhões de analfabetos funcionais ou semi-analfabetos. Analfabetos plenos e analfabetos funcionais seriam, ao todo, mais de 60 milhões de brasileiros: duas vezes a população da Argentina.

Numa lista de 175 países elaborada pela ONU, o Brasil ocupa o 93º lugar em índice de escolarização, ficando atrás até mesmo de países como a Etiópia e a Índia, exemplos clássicos de subdesenvolvimento crônico. Só que o Brasil é uma das dez maiores economias do planeta, ocupando também o 80º lugar em investimentos na educação e não se pode argumentar que isso se deve ao tamanho do país ou da população, pois a China, bem maior que o Brasil e com uma população de 1,2 bilhão de habitantes, tem 6% de analfabetos, enquanto o Brasil apresenta 18,4%, segundo o Banco Mundial, sendo que na China esses analfabetos vivem em áreas muito remotas, nas montanhas ou nos desertos, enquanto os

nossos estão na periferia das grandes cidades e trabalham dentro de nossas casas. Tudo isso num país cuja Constituição diz que a educação é “dever do Estado”.

2 – O não cultivo e o não desenvolvimento por parte das pessoas plenamente alfabetizadas, de habilidades lingüísticas no nível da norma culta – Ler e, sobretudo, escrever não fazem parte da cultura das classes alfabetizadas no Brasil. Isso se prende aos velhos preconceitos de que “brasileiro não sabe português” e de que “português é difícil”, veiculados pelas práticas tradicionais de ensino, que em vez de incentivar o uso das habilidades lingüísticas do indivíduo, deixando-o expressar-se livremente para somente depois corrigir sua fala ou sua escrita, age exatamente ao contrário: interrompe o fluxo natural da expressão e da comunicação com a atitude corretiva e, às vezes punitiva, cuja conseqüência inevitável é a criação de um sentimento de incapacidade, de incompetência.

3 – A não correspondência entre o conceito de norma culta usado pela tradição gramatical conservadora e a língua efetivamente usada pelas pessoas cultas, no Brasil de hoje, e a distância entre a norma culta real e norma culta ideal. Sobre esta questão Rocha Lima (1989) afirma que em extensas faixas do Brasil, e especialmente no Rio de Janeiro, a consoante | l |, quando em final de sílaba, apresenta uma pronúncia “relaxada”, que a aproxima da semivogal | w |. Este fato faz que desapareçam oposições como as de mal e mau, alto e auto, servil e serviu – oposições que a língua culta procura cuidadosamente observar.

Basta ouvir os locutores de rádio, os apresentadores de telejornal e os professores universitários – três profissões que exigem educação de nível superior e, portanto, domínio da norma culta – para verificar que a afirmação de Rocha Lima não se baseia na realidade empiricamente analisável. É provável que nenhum

falante da língua culta se preocupe, hoje em dia, em fazer a distinção entre as palavras por ele citadas.

Para separar o ideal do real é necessário empreender a identificação e a descrição da verdadeira língua falada e escrita pelas classes cultas do Brasil. Tal tarefa já está sendo feita, porém, infelizmente, os resultados obtidos são de difícil acesso à maioria das pessoas porque se encontram expostos em livros e teses escritos em linguagem extremamente técnica – como de fato exige o rigor científico –, e recorrem, em suas análises e interpretações, a diferentes modelos teóricos, todos eles muito sofisticados e de difícil compreensão para o leitor comum não familiarizado com eles.

É preciso escrever uma gramática da norma culta brasileira em termos simples, claros e precisos, com um objetivo declaradamente didático-pedagógico, que sirva de ferramenta útil e prática para professores, alunos e falantes em geral. Sem essa gramática que descreva e explique a língua efetivamente falada pelas classes cultas, continuar-se-á à mercê das gramáticas normativas tradicionais, que chamam erradamente de norma culta uma modalidade de língua que não é culta, mas sim cultuada: não a norma culta como ela é, mas a norma culta como deveria ser, segundo as concepções antiquadas dos perpetuadores do círculo vicioso do preconceito lingüístico.

3 CONCLUSÕES

Retomando as premissas referidas no capítulo introdutório desta monografia e após todas as pesquisas realizadas, conclui-se que, para se atingir uma realidade não preconceituosa com a língua portuguesa, tanto no seu aspecto de língua falante, viva e espontânea, quanto na sua forma culta, atrelada e direcionada pelas regulamentações oriundas das doutrinas gramaticais, faz-se necessária à apropriação de alguns princípios e posturas sem os quais quaisquer outras ações, sejam legais, sejam educacionais ou de qualquer outra espécie, tornam-se inócuas, por não incorporarem aqueles conhecimentos básicos, indispensáveis, para o entendimento das variáveis dinâmicas que compõem a essência de uma língua, tais como:

1 – Conscientizar-se de que todo falante nativo de uma língua é um usuário competente dessa língua, por isso ele SABE essa língua. Entre 3 e 4 anos de idade, uma criança já domina integralmente a gramática de sua língua.

2 – Aceitar a idéia de que não existe erro de português. Existem diferenças de uso ou alternativas de uso em relação à regra única, proposta pela gramática normativa.

3 – Não confundir erro de português com simples erro de ortografia. A ortografia é artificial, ao contrário da língua, que é natural. A ortografia é uma decisão política, é imposta por decreto, por isso ela pode mudar, e muda, de uma época para outra.

4 – Reconhecer que tudo o que a Gramática Tradicional chama de erro é na verdade um fenômeno que tem uma explicação científica perfeitamente

demonstrável. Se milhões de pessoas (cultas inclusive) estão optando por um uso que difere da regra prescrita nas gramáticas normativas é porque há alguma regra nova sobrepondo-se à antiga. Assim, o problema está com a regra tradicional, e não com as pessoas que são falantes nativos e perfeitamente competentes de sua língua.

5 – Conscientizar-se de que toda língua muda e varia. O que hoje é visto como “certo” já foi “erro” no passado. O que hoje é considerado “erro” pode vir a ser perfeitamente aceito como “certo” no futuro da língua.

6 – Dar-se conta de que a língua portuguesa não vai nem bem, nem mal. Ela simplesmente “vai”, isto é, segue seu rumo, prossegue em sua evolução, em sua transformação, que não pode ser detida (a não ser com a eliminação física de todos os seus falantes).

7 – Respeitar a variedade lingüística de toda e qualquer pessoa, pois isso equivale a respeitar a integridade física e espiritual dessa pessoa como ser humano, porque a língua permeia tudo, ela nos constitui enquanto seres humanos. Nós somos a língua que falamos. A língua que falamos molda nosso modo de ver o mundo e nosso modo de ver o mundo molda a língua que falamos. Para os falantes de português, por exemplo, a diferença entre ser e estar é fundamental: eu estou infeliz é radicalmente diferente, para nós, de eu sou infeliz. Línguas como inglês, francês e alemão têm um único verbo para exprimir as duas coisas. Outras, como russo, não têm verbo nenhum, dizendo algo assim como: Eu – infeliz. (o russo , na escrita, usa mesmo um travessão onde se insere um verbo de ligação).

8 – Ensinar bem é ensinar para o bem. Ensinar para o bem significa respeitar o conhecimento intuitivo do aluno, valorizar o que ele já sabe do mundo, da vida,

reconhecer na língua que ele fala a sua própria identidade como ser humano. Ensinar para o bem é acrescentar e não suprimir, é elevar e não rebaixar a auto-estima do indivíduo.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Napoleão M. **Dicionário de questões vernáculas**. 2. ed. São Paulo: LCTE, 1994.
- BAGNO, Marcos. **Preconceito Lingüístico – o que é, como se faz**. São Paulo: Loyola, 2001.
- BRASIL. Secretária de Educação Fundamental. Ministério da Cultura e Desportos. **Parâmetros curriculares nacionais: Português**. Brasília: MEC/SEF, 1998.
- BUESCU, Maria Leonor. **Crítica ao diálogo em louvor da nossa linguagem**. Obra do séc XVI de autoria de João de Barros. Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Lisboa: [s.n.], 1971.
- CARDOSO, W. e Cunha, J. **Português através de textos**. Belo Horizonte: Bernardo Álvares, 1970.
- CASTRO, Ivo. **Curso de História da Língua Portuguesa**. Lisboa: Universidade Aberta, 1991.
- CIPRO Neto, P. INFANTE, U. **Gramática da língua portuguesa**. São Paulo: Seccione, 1997.
- COSTA, Sônia Bastos Borba. **Em lugar de temor, conscientização**. A Tarde, Caderno Cultural, pp. 2,3 e 4, 23/06/2001, Salvador.
- DUARTE, Sérgio. **Língua viva**. Rio de Janeiro, Rocco. 1998.
- FIGUEIREDO, Cândido de . **O que se não deve dizer**. Lisboa: Clássica, (1929 [1903]).

- GNERRE, Maurizio. **Linguagem, escrita e poder**. São Paulo, Martins Fontes, 1985.
- LARIÚ, Nivaldo. **Dicionário de baianês**. 2. ed. Salvador: Empresa Gráfica da Bahia, 1992.
- LOBATO, J. B. Monteiro. **Emília no país da gramática**. 3. ed. São Paulo, Brasiliense, 1952 [1934].
- LUFT, Celso Pedro. **Língua e liberdade**. 3ª. Ed. São Paulo: Ática, 1994.
- MARTINS, E. **Com todas as letras**. São Paulo: Moderna, 1999.
- PERINI, Mário A. **Gramática descritiva do português**. 2. ed. São Paulo: Ática, 1996.
- PINTO, Edith Pimentel. **O Português no Brasil: textos críticos e teóricos**. São Paulo: EDUSP, 1978.
- LIMA, C. H. Rocha. **Gramática normativa da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1989.
- SACCONI, Luiz Antonio. **Não erre mais!**. São Paulo: Atual, 1998.
- TERRA, Ernani. **Linguagem, língua e fala**. São Paulo: Scipione, 1997.

ANEXO I

Lei nº 1679/99, que regulamenta o uso da língua portuguesa no território nacional brasileiro.

Art.1º Nos termos do caput do art. 13, e com base no caput, I, § 1º e § 4º do art. 216 da Constituição Federal, a língua portuguesa:

- I – é o idioma oficial da República Federativa do Brasil;
- II – é forma de expressão oral e escrita do povo brasileiro, tanto no padrão culto, como nos moldes populares;
- III – constitui bem de natureza imaterial integrante do patrimônio cultural brasileiro.

Parágrafo único. Considerando o disposto no caput, I, II e III deste artigo, a língua portuguesa é um dos elementos da integração nacional brasileira, concorrendo, juntamente com outros fatores, para a definição da soberania do Brasil como nação.

Art 2º Ao Poder Público, com a colaboração da comunidade, no intuito de promover, proteger e defender a língua portuguesa, incumbe:

- I – melhorar as condições de ensino e de aprendizagem da língua portuguesa em todos os graus, níveis e modalidades da educação nacional;
- II – incentivar o estudo e a pesquisa sobre os modos normativos e populares de expressão oral e escrita do povo brasileiro;
- III – realizar campanhas e certames educativos sobre o uso da língua portuguesa, destinados a estudantes, professores e cidadãos em geral;
- IV – incentivar a difusão do idioma português, dentro e fora do País;
- V – fomentar a participação do Brasil na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa;
- VI – atualizar, com base em parecer da Academia Brasileira de Letras, as normas do Formulário Ortográfico, com vistas ao aportuguesamento e à inclusão de vocábulos de origem estrangeira no Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa.

§ 1º Os meios de comunicação de massa e as instituições de ensino deverão, na forma desta lei, participar ativamente da realização prática dos objetivos listados nos incisos anteriores.

§ 2º À Academia Brasileira de Letras incumbe, por tradição, o papel de guardião dos elementos constitutivos da língua portuguesa usada no Brasil.

Art. 3º É obrigatório o uso da língua portuguesa por brasileiros natos e naturalizados, e pelos estrangeiros residentes no País há mais de 1 (um) ano, nos seguintes domínios socioculturais:

I – no ensino e na aprendizagem;

II – no trabalho;

III – nas relações jurídicas;

V – na expressão oral, escrita, audiovisual e eletrônica oficial;

V – na expressão oral, escrita, audiovisual e eletrônica em eventos públicos nacionais;

VI – nos meios de comunicação de massa;

VII – na produção e no consumo de bens, produtos e serviços;

VIII – na publicidade de bens, produtos e serviços.

§ 1º A disposição do caput, I a VIII deste artigo não se aplica:

I – a situações que decorram da livre manifestação do pensamento e da livre expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, nos termos dos incisos IV e IX do art 5º da Constituição Federal;

II – a situações que decorram de força legal ou de interesse nacional;

III – a comunicações e informações destinadas a estrangeiros, no Brasil ou no exterior;

IV – a membros das comunidades indígenas nacionais;

V – ao ensino e à aprendizagem das línguas estrangeiras;

VI – a palavras e expressões em língua estrangeira consagradas pelo uso, registradas no Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa

VII – a palavras e expressões em língua estrangeira que decorram de razão social, marca ou patente legalmente constituída.

§ 2º A regulamentação desta lei cuidará das situações que possam demandar:

I – tradução, simultânea ou não, para a língua portuguesa;

II – uso concorrente, em igualdade de condições, da língua portuguesa com a língua ou línguas estrangeiras.

Art. 4º Todo e qualquer uso de palavra ou expressão em língua estrangeira, ressalvados os casos excepcionados nesta lei e na sua regulamentação, será considerado lesivo ao patrimônio cultural brasileiro, punível na forma da lei.

Parágrafo único. Para efeito do que dispõe o caput deste artigo, considerar-se-á:

I – prática abusiva, se a palavra ou expressão em língua estrangeira tiver equivalente em língua portuguesa;

II – prática enganosa, se a palavra ou expressão em língua estrangeira puder induzir qualquer pessoa, física ou jurídica, a erro ou ilusão de qualquer espécie;

III – prática danosa ao patrimônio cultural, se a palavra ou expressão em língua estrangeira puder, de algum modo, descaracterizar qualquer elemento da cultura brasileira.

Art.5º Toda e qualquer palavra ou expressão em língua estrangeira posta em uso no território nacional ou em repartição brasileira no exterior a partir da data da publicação desta lei, ressalvados os casos excepcionados nesta lei e na sua regulamentação, terá que ser substituída por palavra ou expressão equivalente em língua portuguesa no prazo de 90 (noventa) dias a contar da data do registro da ocorrência.

Parágrafo único. Para efeito do que dispõe o caput deste artigo, na inexistência de palavra ou expressão equivalente em língua portuguesa, admitir-se-á o aportuguesamento da palavra ou expressão em língua estrangeira ou o neologismo próprio que venha a ser criado.

Art.6º O descumprimento de qualquer disposição desta lei sujeita o infrator a sanção administrativa na forma da regulamentação.

Art.7º A regulamentação desta lei tratará das sanções premiaias a serem aplicadas àquela pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que se dispuser, espontaneamente, a alterar o uso já estabelecido de palavra ou expressão em língua estrangeira por palavra ou expressão, equivalente em língua portuguesa.

Art.8º À Academia Brasileira de Letras, com a colaboração dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, de órgãos que cumprem funções essenciais à justiça e de instituições de ensino, pesquisa e extensão universitária, incumbe realizar estudos que visem a subsidiar a regulamentação desta lei.

Art.9º O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo máximo de 1 (um) ano a contar da data de sua publicação.

Art.10º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.